

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

FRANCIELY JOICE MEDEIROS

**O BRINCAR NOS DOCUMENTOS OFICIAIS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: ANÁLISE DE ASPECTOS RELEVANTES PARA
O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA**

MARINGÁ

2013

FRANCIELY JOICE MEDEIROS

**O BRINCAR NOS DOCUMENTOS OFICIAIS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO PARA A
EDUCAÇÃO INFANTIL: ANÁLISE DE ASPECTOS RELEVANTES PARA O
DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC,
apresentado ao Curso de Pedagogia da
Universidade Estadual de Maringá, como
requisito parcial obtenção do grau de licenciado
em Pedagogia.

Orientação: Prof. Dra. Ercília Maria Angeli
Teixeira de Paula

MARINGÁ
2013

O BRINCAR NOS DOCUMENTOS OFICIAIS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: ANÁLISE DE ASPECTOS RELEVANTES PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

Franciely Joice Medeiros¹
Ercília Maria Angeli Teixeira de Paula²

Resumo: Este trabalho tem como objetivo central trazer reflexões que possibilitem compreender o valor das brincadeiras e atividades lúdicas nas ações pedagógicas e sua importância ao desenvolvimento infantil, a fim de promover conhecimento aos professores de Educação Infantil sobre a possibilidade de incluir e valorizar em sua prática o lúdico. Buscaremos com este estudo refletir acerca do lúdico nos documentos oficiais do Ministério da Educação (MEC), para a Educação Infantil, bem como pontuar a relevância do brincar e o direito de brincar nas políticas públicas brasileiras. Procuramos responder as seguintes indagações: Quais os documentos oficiais do MEC para a Educação Infantil que discutem a brincadeira como elemento da prática pedagógica? Quais as características desses documentos? Quais os avanços na perspectiva do brincar destes documentos? Para tal, realizaremos uma pesquisa bibliográfica. Em primeiro momento, foram realizadas pesquisas bibliográficas com estudiosos da Educação Infantil. Utilizamos artigos, livros, documentos oficiais, que esclareceram conceitos de brincadeiras, lúdico e o desenvolvimento infantil. Para tanto, utilizamos autores como: Craidy (2001), Faria (2007), Friedmann (1998), Maluf (2008), Santos (2000), Silva (2010), e documentos oficiais como: Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil, I, II e III (BRASIL, 1998), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), Brinquedos e brincadeiras de creche (BRASIL, 2012), Brincar para todos (BRASIL, 2006), Oferta e demanda de Educação Infantil no Campo (BRASIL, 2012), Educação Infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais (BRASIL 2012). Buscamos demonstrar dentro dos documentos oficiais, a importância do brincar e as possibilidades que esses documentos apresentam para os professores incluírem o lúdico em suas práticas.

Palavras-chave: Educação Infantil; Prática pedagógica; Lúdico.

INTRODUÇÃO

Com este estudo pretendemos trazer reflexões a respeito dos conceitos do brincar para o trabalho pedagógico com crianças pequenas mediante a perspectiva do lúdico como elemento do currículo.

¹ Acadêmica de Pedagogia – Universidade Estadual de Maringá - UEM

² Professora Adjunta da Universidade Estadual de Maringá – Departamento de Teoria e Prática da Educação - UEM

Procuramos responder as seguintes indagações: Quais os documentos oficiais do Ministério da Educação para a Educação Infantil que discutem a brincadeira como elemento da prática pedagógica? Quais as características desses documentos? Quais os avanços na perspectiva do brincar nestes documentos?

O objetivo deste estudo é compreender, por meio dos documentos oficiais do Ministério da Educação (MEC), a importância das brincadeiras e atividades lúdicas, tanto para os professores, como para as crianças.

Como objetivos específicos, pretendemos pontuar a relevância do brincar e o direito de brincar presentes nas políticas públicas brasileiras, outro objetivo é o de compreender o conceito de ludicidade na ação pedagógica e suas contribuições ao processo de desenvolvimento infantil.

Esse trabalho nasceu de observações no campo de estágio no segundo ano da graduação na UEM, no qual fiz estágio em duas instituições públicas de Maringá. Durante o estágio, mantive contato com dois Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIS) quais tive o contato com todas as salas, com crianças da faixa etária de zero a cinco anos. Também sou educadora infantil pela rede municipal de ensino de Maringá, na qual atuo desde 2008. Nesses contextos, percebi que a brincadeira era, em muitos momentos, para muitas educadoras, uma atividade para “passar o tempo”. O brincar era possível para as crianças nos momentos os quais as professores podiam organizar seus afazeres.

Esses aspectos eram frustrantes, pois, em meio às leituras que realizava durante a formação acadêmica, pude observar e me deparar com uma visão de brincar distanciada dos estudos empreendido. Esse trabalho é uma tentativa de demonstrar teoricamente a importância do lúdico na ação docente, e quais os documentos que apoiam o brincar. Procuramos ao longo, deste trabalho acrescentar conhecimentos tanto para nossa formação, como também permitir a outros professores a reflexão de seu trabalho sobre a perspectiva lúdica em suas práticas pedagógicas.

Assim, esses aspectos, despertaram em mim algumas indagações: Por que o brincar não é tratado como uma atividade curricular? Será que por falta de conhecimento do profissional, ou o brincar não é componente curricular na Educação Infantil?

Passei a repensar minha prática pedagógica, que estava envolvida em acompanhar um planejamento disciplinar, que não permitia criar ou até mesmo pensar no

brincar. Por muito tempo trabalhei com o brincar como um passatempo, ou até mesmo uma recompensa, após os alunos terminarem as atividades de registro. Partindo dessa problemática, procurei realizar esta pesquisa de análise bibliográfica de artigos e documentos oficiais do MEC que defendem o lúdico na Educação Infantil e as contribuições para a criança.

Com a elaboração desse estudo, buscamos contribuir para o desenvolvimento e transformação das práticas pedagógicas, assim como apresentar um instrumento de reflexão a professores da Educação Infantil no que tange à possibilidade de inclusão da prática lúdica em suas ações pedagógicas.

O artigo está dividido em seções que discutem os aspectos históricos referentes a infância, a importância do brincar para as crianças, o brincar nos documentos oficiais e as considerações finais. Para realização do trabalho foi realizada uma pesquisa utilizando a metodologia de caráter bibliográfico que para Macedo (1994), a pesquisa bibliográfica é a busca de informações, seleção de documentos que se articulam com a problemática da pesquisa a ser realizada.

Em relação à pesquisa dos documentos oficiais analisamos o Referencial Curricular nacional para Educação Infantil I, II e III (BRASIL, 1998), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), Brinquedos e brincadeiras de creche (BRASIL, 2012), Brincar para todos (BRASIL, 2006), Oferta e demanda de Educação Infantil no Campo (BRASIL, 2012), Educação Infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais (BRASIL 2012), e demais documentos disponibilizados no site do MEC (BRASIL, 2013) da Educação Infantil.

1. A preocupação com a criança pequena ao longo da história

Ao tratar da criança, podemos encontrar estudiosos que retratam a criança e a infância ao longo do tempo podemos citar um autor clássico, que realiza em seu livro “História Social da Criança e da Família” (ARIÉS,1978) produzido na década de 1970, enfatiza diferentes aspectos sobre a infância.

Em seu livro Àriés, descreveu hábitos, vestimentas e modos de agir das crianças pequenas. Para ele, o sentimento de infância não é natural e foi historicamente produzido. Ele descreve vários momentos nos quais as crianças sofriam infanticídio e não eram

consideradas como pessoas.

Outro autor e pesquisador da história da Infância, Kulmann Jr (1998), em seu livro “Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica”, realiza algumas críticas a Àries. Para Kulmann Jr (1998, p.18), Àries descreveu que o sentimento de infância surgiu no fim do século XVII quando a criança era separada dos adultos e foi o período no qual surgiram as escolas. A crítica que este autor realiza é que este sentimento teria nascido na nobreza e não para as classes populares. Para ele, Àries observou a infância como linear e o sentimento dedicado a ela seria ascendente, pois, ainda hoje existem infanticídios e massacres de crianças. A concepção de Àries também é criticada quando se transpõe as suas interpretações para outros contextos. Ele descreve que as infâncias burguesas e aristocráticas foram as mais conhecidas e foram realizados poucos estudos das crianças de classes populares, consideradas “abandonadas”. Outro aspecto evidenciado é que os estudos das imagens não poderiam se contentar somente com a iconografia o que pode levar a conclusões equivocadas sobre os lugares da infância.

Sarmiento (2007), no livro “Infância (In)visível” fez uma crítica a Àries por considerar que ele teorizava a categoria infância a partir de registros documentais do clero e da nobreza e generalizava a condição das crianças francesas da Idade Média para outras da Modernidade e desconsidera as crianças de classes populares e de outras culturas e realidades. Todavia, Sarmiento (2007) não nega as contribuições deste teórico em relação às análises dos retratos sombrios nos quais as crianças viviam e as mudanças nos rumos históricos dos estudos sobre a infância e as crianças a partir de Àries. Ele descrevia imagens até então não reveladas como infanticídios, ausência do sentimento de amor à infância foram predominantes por longos períodos. Para Àries (1978) no fim da Idade Média, começou a existir um duplo modo de tratar as crianças, ou eram paparicadas, pois serviam como meio de entretenimento dos adultos (elite) ou eram orientadas por princípios morais (treinadas, educadas e controladas). Neste período surgiu a escola para assumir esse papel de disciplinar as crianças e distingui-las dos adultos.

No livro de Oliveira (2002) “Educação Infantil: Fundamentos e métodos”, a autora faz uma breve retrospectiva da história da atenção e cuidados para com a infância. Para ela, a concepção de infância é uma construção histórica e social, coexistindo em um mesmo momento, múltiplas ideias de criança e de desenvolvimento infantil. A autora

apresenta o termo infância “in-fans” como idade da não fala.

Para Kuhlmann Jr (1998, p.16), a infância tem um significado genérico, qual sofre transformações de acordo com a época. Esse significado é em função das transformações sociais. Assim, podemos entender que o sentido da palavra infância tem, seu é oriundo do momento social vigente.

No século XIX, o atendimento de crianças pequenas era realizado em instituições como creches ou parques infantis ou em sua grande maioria por preceptores.

A predominância de crianças era no meio rural e a educação dos filhos de fazendeiros, da elite era realizada pelos preceptores e também concebida como tarefa de responsabilidade familiar, da mãe ou mulheres. Estas crianças permaneciam nas suas casas, muitas vezes, sendo amamentadas pelas amas de leite. Após o desmame, a criança era vista como pequeno adulto e quando ultrapassava esse período, passava a ajudar os adultos nas atividades cotidianas.

Oliveira (2002) também descreve que as crianças indígenas e descendentes de escravos viviam em condições precárias e eram “abandonadas à própria sorte”. Em relação às crianças de classes populares, até o século XVIII, muitas crianças eram depositadas na roda dos expostos nas Santas Casas de Misericórdia ou em lares substitutos.

No início do Séc. XIX período da abolição da escravatura, segundo Oliveira (2002), acentuou-se a migração para as cidades e surgiram as condições políticas para a proclamação da República. No início da República (1899) existiam formas isoladas de atendimento. Surgiram então as escolas e jardins da infância fundados por imigrantes europeus.

No século XX, com a urbanização e industrialização foram realizadas modificações na estrutura familiar. As fábricas começaram a contratar mulheres, pois os homens estavam no campo. As indústrias não assumiram de completo esse papel e as mães tiveram que buscar outras alternativas, deixando seus filhos com cuidadoras.

Oliveira (2002) descreve que, com a chegada dos imigrantes, a mão de obra feminina nas fabricas decaiu, mas a questão do atendimento as crianças permaneceu. Os imigrantes procuraram se organizar nos sindicatos e exigir direitos em função das condições precárias de trabalho. Para atrair os operários foram fundadas as vilas operárias e creches para atender aos filhos das mulheres operárias.

Oliveira (2002) também cita que, em 1932 o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova propôs a educação pública, gratuita e obrigatória trouxe grandes avanços para a educação no país de forma geral. Na década de 1930, no Governo Vargas foi elaborada a Consolidação das Leis do Trabalho (1943)³, com prescrições e direitos para as trabalhadoras que amamentavam e predominava o higienismo, a filantropia e a puericultura.

No histórico que Oliveira (2002) apresenta sobre a história da Educação Infantil, ela cita que na década de 1940, a creche era considerada um “mal necessário”, pois eram pensadas como instituições de saúde (lactário, auxiliar de enfermagem, preocupação higiene). O papel de mãe era ser a “dona do lar”.

Dando continuidade a esse histórico, na década de 1950, Oliveira (2002) cita que as creches fora das indústrias e as creches filantrópicas passaram a receber ajuda governamental e doações de famílias ricas. Paralelamente existiam as escolas pré primárias (escolas maternais, parques, jardins da infância). As creches e pré escolas começaram a ser procuradas não somente por operárias e domésticas, mas por trabalhadoras do comércio e funcionárias publicas.

A década de 1960 foi marcada por leis que incluíram a Educação Infantil no sistema de ensino. Nesse mesmo período houve maior organização do proletariado e dos trabalhadores no campo. Foi o período que as mulheres da classe média foram incorporadas ao mercado de trabalho. O cuidado com o infante deixou de ser uma atribuição exclusiva da mulher. No âmbito privado da família e surgiu, portanto, a infância como categoria social e não mais familiar, demonstrando a necessidade da sociedade cuidar da mesma, apoiada pelo Estado, contribuindo para que a questão da construção de creches fosse defendida como instituição necessária a alguns segmentos sociais.

Na década de 1970, o movimento feminista da classe média exerceu forte influência através do movimento de mulheres e inserção das mulheres no mercado de trabalho.

Para Oliveira (2002), a década de 1980 foi um período de democratização do país. No entanto, a Educação Infantil só passou a fazer parte da Educação Básica Nacional, e

³ DECRETO-LEI N.º 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943.

passou a ser de atenção dos Órgãos das Políticas Públicas, com a Constituição Federal de 1988, que decretou no Artigo 208 que “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 06 anos de idade” (BRASIL, 1988 p. 35).

A Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) trouxe o aumento de creches mantidas por indústrias e órgãos governamentais – concessão do auxílio creche nas empresas – mas a Educação Infantil era ainda e insuficiente. A década de 1990 foi marcada pelos avanços dos direitos das crianças através do Estatuto da criança e do adolescente (BRASIL, 1990).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) através da lei 9394/96 estabeleceu que a Educação Infantil é a etapa inicial da Educação Básica. Para Oliveira (2002), esta lei, propôs a reorganização da Educação Brasileira em alguns pontos:

[...] ampliou o conceito de Ed. Básica, que passou a abranger a Educação Infantil; ensino fundamental e médio; expandiu o conceito de educação; aumentou as responsabilidades nas unidades escolares; determinou que os sistemas de ensino garantissem graus progressivos de autonomia, administração, gestão financeira; estimulou a participação de profissionais na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades nos conselhos. A lei também dispôs princípios de valorização dos profissionais da educação e estabeleceu critérios de uso de verbas educacionais; atribuiu flexibilidade ao funcionamento da creche e pré escola permitindo diferentes formas de organização e práticas pedagógicas; definiu níveis de responsabilidade sobre a regulamentação da Educação Infantil: autorização, credenciamento, supervisão e avaliação institucional (dentro dos sistemas municipais e estaduais enquanto sistemas próprios e integrados); criou mecanismos que possibilitam dar maior visibilidade do atendimento dos gastos para o gestor da educação e para os usuários do serviço: não se permitiam mais cursos livres ou registros em cadastros da assistência social como ocorria até então. (OLIVEIRA, 2002, p.75).

Oliveira (2002) considera que após a LDB, foram criados Fóruns Estaduais e Regionais de Educação Infantil como espaços de reivindicação de verbas para programas de formação profissional para professores; houve redução da mortalidade de crianças e inclusão da crianças de 6 anos no ensino fundamental e, aliados a essas transformações,

o governo federal e o Conselho Nacional de Educação elaboraram os Referenciais Curriculares Nacionais (BRASIL, a, b e c,1998) e as Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2001).

Essas Políticas Públicas e esses documentos foram muito importantes para a discussão a respeito da importância e do direito do brincar para crianças pequenas no Brasil, pois esse cuidado com a criança demonstra o quanto o governo está ciente da importância de haver um currículo que priorize a infância que deve ser um momento da vida da criança, qual se deve aprender brincando.

2. A importância do brincar para a criança

Para o desenvolvimento deste trabalho utilizamos autores que defendem a importância das brincadeiras e do lúdico na Educação Infantil. Na infância deve estar presente o brincar, o interagir, o imaginário, o contato com a natureza em ambiente amplo, seguro e estimulante. É preciso que os ambientes voltados para as crianças permitam o desenvolvimento das capacidades de expressão em múltiplas linguagens, sentimentos, desejos, emoções, curiosidade.

Diversos autores defendem o brincar no desenvolvimento infantil como; Craidy (2001), Faria (2011) e Friedmann (1998). Essas autoras demonstram que a brincadeira desenvolve nas crianças principalmente sua socialização com o meio em que vivem.

No currículo proposto para Educação Infantil e anos iniciais do município de Maringá encontramos ações possíveis que a criança realiza ao brincar.

Ao brincar as crianças exploram e refletem sobre a realidade e a cultura na qual vivem, incorporando regras, papéis sociais e recriando cultura, as brincadeiras são repletas de hábitos, valores e conhecimento do grupo social ao qual pertencem. (MARINGÁ, 2012, p.78)

No brincar a criança tem contato com o lúdico que segundo Maluf (2008), ocorre durante atividades que proporcionam a experiência completa do momento associando o ato, o pensamento e o sentimento. No Currículo da Educação Infantil de Maringá (2012), a ludicidade está associada a brincadeiras, brinquedos e jogos e que, na Educação Infantil, se constitui em um instrumento pedagógico de grande valor, o qual nos

permite ensinar criança e observar o que ela aprendeu, sendo uma forma de estabelecer relações, produzir conhecimentos e construir explicações aos educandos.

Segundo Santos (2007), a ludicidade é uma necessidade do ser humano em qualquer idade e não pode ser vista como apenas uma diversão. Essa é a visão de muitos adultos sobre a brincadeira. Segundo Maluf (2008), as atividades lúdicas são importantes, mais do que entretenimento, elas são um auxílio indispensável para o processo de ensino aprendizagem. Isto facilita e muito o desenvolvimento da aula e do aluno.

O brincar, além de ser um direito, segundo Santos (2001), também possui dois aspectos interessantes e simples de serem observados: o prazer e, ao mesmo tempo, a atitude de seriedade com que a criança se dedica à brincadeira. Mas no cotidiano de muitas professoras, elas não observam esses aspectos. Poucas compreendem que é por meio da brincadeira que a criança experimenta, organiza o mundo em que vive e se comunica.

Segundo Moretti e Silva (2011), a brincadeira é algo sério e é brincando que as crianças se descobrem, vivenciam situações do mundo adulto mesmo sem saber, expressam suas necessidades, sentimentos e vontades. Mas muitos adultos, até mesmo professores, se esquecem principalmente que o brincar é um dos direitos da criança, que é instituído em documentos oficiais como LDB 9394/96 (BRASIL, 1996) e RCNEI (BRASIL, 1998).

[...] o direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil; [...] Nas brincadeiras, as crianças transformam os conhecimentos que já possuíam anteriormente em conceitos gerais com os quais brinca.(BRASIL, 1998, pg. 13)

De acordo com Almeida (2003), apresenta um exemplo de uma brincadeira simples, como jogar uma bolinha de gude ou brincar de boneca, a criança esta desenvolvendo e operando diversas funções cognitivas e sociais.

[...] Eles educam-se ludicamente, pois combinam e integram a mobilização das relações funcionais ao prazer de interiorizar o conhecimento e a expressão de felicidade que se manifesta na interação com os seus semelhantes. (ALMEIDA, 2003 p.13)

A aprendizagem da criança está nas próprias brincadeiras, pois, as crianças internalizam e elaboram suas emoções e sentimentos, fatos que devem ser priorizados

pelos professores e educadores. Ao observarem as brincadeiras devem intervir e propor novas situações e até mesmo novas brincadeiras.

Com objetivo de estimular a brincadeira nas instituições de Educação Infantil no Brasil, o Ministério da Educação, através de especialistas da área, produziu uma série de documentos que discutem essa questão das brincadeiras e serão apresentados a seguir.

3. O brincar nos documentos oficiais do Ministério da Educação

No site do Ministério de Educação (BRASIL, 2013) que se refere à Educação Infantil encontramos diferentes documentos para nortear as atividades lúdicas dos educadores infantis. O material mais recente tem o nome de “Brinquedos e brincadeiras de creches”, (BRASIL, 2012). Este documento foi elaborado por técnicos e especialistas do Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Básica e tem como finalidade de orientar a equipe pedagógica:

(...) na seleção, organização e uso de brinquedos, materiais e brincadeiras para creches, apontando formas de organizar espaço, tipos de atividades, conteúdos, diversidade de materiais que no conjunto constroem valores para uma Educação Infantil de qualidade. (BRASIL, 2013, p.1).

Este documento pretende esclarecer que, “o brinquedo e a brincadeira são constitutivos da infância. A brincadeira é, para a criança, um dos principais meios de expressão que possibilita a investigação e a aprendizagem sobre as pessoas e o mundo” (BRASIL, 2012, p.5).

Pode-se observar que o governo está preocupado em propor atividades e orientar os pedagogos a selecionarem materiais e brinquedos e orientar ações para as professoras trabalharem com o acervo de brinquedos. Ainda no site do MEC (BRASIL, 2013) podemos ter o contato com documentos elaborados para orientarem educadores infantis em diferentes contextos, como é possível verificar no livro “Oferta e demanda de Educação Infantil no Campo”, foi produzido com a parceria com o MEC e a Universidade Federal do Grande do Sul. De acordo com o site do MEC (BRASIL, 2013, p.1).

Este documento sintetiza um esforço de trabalho coletivo na construção de conhecimentos sobre a educação da criança de 0 a 6 anos moradora em área rural. O trabalho foi concretizado a partir de cooperação técnica estabelecida entre o Ministério da Educação (MEC) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), visando o

desenvolvimento da Pesquisa Nacional “Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos residentes em áreas rurais”.

O documento reforça a igualdade de direitos das crianças sejam elas da cidade e do campo, assim como uma educação de qualidade com profissionais preocupados em realizar uma educação de qualidade aos alunos do campo. Também enfatiza que a Educação Infantil tem como papel fundamental no processo de desenvolvimento humano, nos aspectos afetivos, físicos, cognitivos e sociais. Descreve ainda que o trabalho do professor deve ser de organizar os ambientes de maneira que as crianças possam interagir entre si e com os adultos, tendo como foco central o brincar.

Que o espaço/tempo da Educação Infantil permita às crianças do campo vivenciarem as brincadeiras características de suas culturas diversas, no estabelecimento de relações com os saberes. Há que se considerar as especificidades da vida no campo e articulá-las em propostas pedagógicas construídas pelos sujeitos que compõem a comunidade escolar: crianças, famílias, professores e demais profissionais. (BRASIL, 2012 p. 134).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil foi um documento publicado em 2010 (BRASIL, 2010) com intuito de disseminar a resolução nº5, de 17 de dezembro de 2009, qual fixou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, documento esse que foi elaborado:

[...] com contribuições apresentadas por grupos de pesquisa e pesquisadores, conselheiros tutelares, Ministério Público, sindicatos, secretários e conselheiros municipais de educação, entidades não governamentais e movimentos sociais que participaram das audiências e de debates e reuniões regionais para auxiliar na organização de propostas pedagógicas na Educação Infantil. (BRASIL 2010, p. 34).

Essas diretrizes são importantes para os professores organizarem os Projetos Político Pedagógicos das instituições de Educação Infantil. No documento maior que originou as diretrizes o parecer CNE/CEB nº 20/2009, destaca a função da brincadeira qual estimula a imaginação da criança, e possibilita a significação do real, tornando-se sujeito partícipe”.

Podemos destacar outro livro “Educação Infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais”, produzido com professores da Universidade

Federal de São Carlos (UFSCAR), organizado por Bento 2012, disponibilizado no site do MEC (BRASIL, 2013) que problematiza a questão da necessidade de discussão das diferenças na Educação Infantil.

Este livro, desenvolvido no âmbito do Projeto Formação da Rede em Prol da Igualdade Racial, em parceria com UFSCar e COEDI/SEB/MEC, afigura-se como ferramenta potencialmente útil para o trabalho de elaboração de conteúdos de práticas pedagógicas promotoras da igualdade na Educação Infantil. (BRASIL, 2013, p.1).

Dentro deste documento temos embasamento para o trabalho de elaboração de conteúdos de práticas pedagógicas promotoras da igualdade na Educação Infantil, sendo útil para professores elaborarem o trabalho junto a seus alunos. Neste documento também temos a definição do brincar como:

[...] o brincar e o jogar são modos de aprender e se desenvolver. Apesar de não terem consciência disso, ao desenvolverem essas atividades, elas vivem experiências fundamentais, que fazem com que se interessem em repetilas e representá-las e até a elaborarem regras entre si. Brincar é uma necessidade do ser humano. Quando brinca, podem aprender de maneira mais profunda, podendo relacionar pensamentos, criar e recriar seu tempo e espaço, adaptando- se melhor às modificações na vida real. (BENTO, 2012 p. 132).

Um dos documentos que esta mais direcionado para o brincar com objetivos, direcionamento pedagógico, o “Brincar para todos” que foi desenvolvido pelo Ministério da Educação por meio da Secretaria de Educação Especial que desenvolveu esse material conjuntamente para crianças com deficiências.

[...] destinado a educadores (as) e pais com orientações para a utilização de brinquedos e atividades lúdicas, alertando para a importância de cada brinquedo na promoção do desenvolvimento infantil. O livro constitui uma possibilidade de eliminar as barreiras que impedem o acesso ao conhecimento, uma vez que para as pessoas com necessidades educacionais especiais a falta de acessibilidade se traduz em fonte de discriminação e perda de oportunidades. (BRASIL, 2006, p.5).

Esse documento é rico em detalhes, possui brinquedos divididos em seções de acordo com as habilidades e competências que mais despertam as crianças, que possibilitam o desenvolvimento integral e aprendizados simultâneos. Cada seção possui

as habilidades, competências e habilidades que aquele grupo de brinquedos auxilia a desenvolver. É um material de fácil entendimento, pois cada brinquedo tem o material a ser utilizado e sugestões do encaminhamento e utilização do brinquedo confeccionado. Podemos perceber que este material deveria ser de circulação a todos educadores, pois possui material rico em conteúdo e confecção de brinquedos que estão de acordo com o objetivo da proposta pedagógica das instituições da Educação Infantil:

[...] garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças. (BRASIL 2006 p. 18)

Ainda nesse livro *Brincar para todos* (2006), encontramos uma definição de brincar, qual demonstra que por meio da brincadeira a criança se desenvolve e relaciona-se com o mundo.

A brincadeira é a vida da criança e uma forma gostosa para ela movimentar-se e ser independente. Brincando, a criança desenvolve os sentidos, adquire habilidades para usar as mãos e o corpo, reconhece objetos e suas características, textura, forma, tamanho, cor e som. Brincando, a criança entra em contato com o ambiente, relaciona-se com o outro, desenvolve o físico, a mente, a auto-estima, a afetividade, torna-se ativa e curiosa. (BRASIL 2005 p. 12)

O que foi possível observar nesses documentos é que existe uma preocupação dos órgãos oficiais em propor ações para os educadores infantis em relação a promoção da brincadeira e do brincar nessas instituições. Como é possível observar desde o primeiro documento. Com relação ao brincar o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, refere-se a:

[...] o direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil; [...] Nas brincadeiras, as crianças transformam os conhecimentos que já possuíam anteriormente em conceitos gerais com os quais brinca. Por exemplo, para assumir um determinado papel numa brincadeira, a criança deve conhecer alguma de suas características. Seus conhecimentos provêm da imitação de alguém ou de algo conhecido, de uma experiência vivida na família ou em outros ambientes, do relato de um colega ou de um adulto, de cenas assistidas na televisão, no cinema ou narradas em livros etc. [...] (BRASIL, 1998, p.13).

No Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil também existem definições de brincadeiras (BRASIL, 1998, p.27):

A brincadeira é uma linguagem infantil que mantém um vínculo essencial com aquilo que é o “não brincar”. Se a brincadeira é uma ação que ocorre no plano da imaginação, isto implica que aquele que brinca tenha o domínio da linguagem simbólica. Isto quer dizer que é preciso haver consciência da diferença existente entre brincadeira e a realidade imediata que lhe forneceu conteúdo para realizar-se. Nesse sentido, para brincar é preciso apropriar-se de elementos da realidade imediata de tal forma a atribuir-lhes novos significados. Essa peculiaridade da brincadeira ocorre por meio da articulação e a imitação da realidade. Toda brincadeira é uma imitação transformada, no plano das emoções e das ideias, de uma realidade anteriormente vivenciada. (...) A brincadeira favorece a autoestima das crianças, auxiliando-as a superar progressivamente suas aquisições de forma criativa. Brincar contribui, assim, para a interiorização de determinados modelos de adulto, no âmbito de grupos sociais diversos. Essas significações atribuídas ao brincar transformam-no em um espaço singular de constituição infantil”.

Nestes documentos, a brincadeira é considerada um meio que favorece a autoestima das crianças, auxiliando-as a superar progressivamente suas aquisições de forma criativa, transformando os conhecimentos que já possuíam em conceitos gerais com os quais brinca.

Considerações Finais

O que foi possível observar nesse trabalho é que a criança foi tratada de diferentes maneiras ao longo da história, tanto em termos mundiais, como no Brasil. Durante muitos anos, as crianças de classes populares tiveram pouco acesso a brinquedos e brincadeiras, principalmente nas instituições de Educação Infantil.

No Brasil, a partir da década de 1990, o Ministério da Educação tem publicado diferentes materiais para a promoção do lúdico nas instituições de Educação Infantil para diferentes infâncias e crianças: da cidade, do campo, dos assentamentos, crianças afro descendentes, dentre outras. A ludicidade como prática pedagógica pode ser um instrumento de ensino e aprendizagem, pois promove a interação da criança com o

mundo, promovendo no aluno a imaginação, a exploração e a descoberta. Segundo Currículo da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental de Maringá (2012, p. 79), “o professor/ educador precisa refletir sobre a importância e o papel das brincadeiras no seu trabalho e deve fazer de todas as atividades de cuidar e educar um brincar”.

Através do brincar as crianças podem acionar seus pensamentos para a resolução de problemas que lhes são importantes e significativos, pela oportunidade de vivenciar brincadeiras imaginativas e criadas por elas mesmas.

Portanto, propiciando a brincadeira cria-se um espaço na qual as crianças podem experimentar o mundo e internalizar uma compreensão particular sobre as pessoas, os sentimentos e os diversos conhecimentos.

Neste trabalho não foi possível observar esses aspectos, mas consideramos que são importantes para pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

ÀRIES, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1981

ALMEIDA, Paulo Nunes de. **Atividade Lúdica: técnicas e jogos pedagógicos**. São Paulo, SP: Loyola, 2003.

BARBOSA, Maria Carmem Silveira.; HORN, Maria das Graças. Organização do espaço e tempo na escola infantil. In: CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gládis E.(org.). **Educação Infantil: Pra que te quero?**.Porto Alegre: Artmed, 2001, p. 67-80.

BENTO, Maria Aparecida. **Educação Infantil, igualdade racial e diversidade** : aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo : Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2012.

BOMTEMPO, Edda.Brincar, fanasiar, criar e aprender In: OLIVEIRA, Vera Barros de. (org.) **O Brincar e a criança do nascimento aos seis anos**.6ª edição.Petrópolis, Rio de Janeiro:Vozes 2000, p.127-1149

BOMTEMPO, Edda. Brinquedoteca: espaço de observação da criança e do brinquedo. In: FRIEDMANN, A.; AFLALO, C.; ANDRADE, C. M. R. J.; ALTMAN, R. Z. **O direito de brincar**. São Paulo, Scritta, 1998.p.99-106.

BRASIL. **Lei N° 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 dez. 1996. seção V, p. 35.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. v. 1.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. v. 2.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. v. 3.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Brinquedos e brincadeiras de creches: Manual de orientação pedagógica**. Brasília: MEC/ SEB, 2012.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Brincar para todos**. Brasília, 2006.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988. Disponível em:<http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf> em: 03 de outubro de 2013.

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DE TRABALHO, DECRETO-LEI N.º 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm> acesso em 30 de Setembro de 2013.

CRAIDY, Carmem Maria. A Educação Infantil e as novas definições da legislação. In: CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gládis E. (Org.). **Educação Infantil: Pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001.p.23-26.

DORNELLES, Leni Vieira. Na escola infantil todo mundo brinca se você brinca. In: CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gládis E.(org.). **Educação Infantil: Pra que te quero?**.Porto Alegre: Artmed, 2001, p. 89-100.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de; PALHARES, Marina Silveira.(orgs.) **Educação Infantil PÓS-LDB: rumos e desafios**.6. Ed. Campinas, São Paulo:Autores Associados, 2007

FRIEDMANN, Adriana. A criança na brinquedoteca. In: FRIEDMANN, A.; AFLALO, C.; ANDRADE, C. M. R. J.; ALTMAN, R. Z. **O direito de brincar**.São Paulo: Scritta, 1998.p.67-78

KUHLMANN JUNIOR, Moysés Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica.Porto Alegre:Mediação, 1998.

MACEDO, Neusa Dias de. **Iniciação à pesquisa bibliográfica**: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

MALUF, Angela Cristina Munhoz. **Atividades lúdicas para Educação Infantil**: conceitos, práticas e práticas.Petrópolis, Rio de Janeiro:Vozes, 2008.

MARINGÁ, Prefeitura Municipal de Maringá- Secretaria de Educação. **Currículo da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental**, Maringá, Ed. Líder, 2012.

MEC, **Educação Infantil**. Disponível em:<

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12579%3Aeducacao-infantil&Itemid=859> acesso em: 03de Outubro de 2013

OLIVEIRA, Vera Barros de. O brincar e o ingresso no tempo histórico e cultural. In: OLIVEIRA, Vera Barros de. (Org.) **O Brincar e a criança do nascimento aos seis anos**. 6ª edição. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes 2000, p.95-126.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos. **Educação Infantil**: Fundamentos e Métodos. São Paulo: Cortez, 2002

SARMENTO, Manuel J. **Infância IN(visível)**. Petropolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2007

SANTOS. Vera Bertoni dos.Promovendo o desenvolvimento do faz-de-conta na Educação Infantil. In: CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gládis E.(org.). **Educação Infantil**: Pra que te quero?.Porto Alegre: Artmed, 2001, p. 89-100.

SILVA, Nélia Aparecida da; MORRETI, Nara Martins. Brincar na Educação Infantil: transgressões e rebeldia. In: FARIA, Lúcia Goulart de. **Culturas infantis em creches e pré-escolas**: estágio e pesquisa. Campinas, São Paulo:Autores associados, 2011.